

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TERRITÓRIO QUAL O LUGAR DAS GERAÇÕES FUTURAS?

Moema Hofstaetter¹

Zoraide Souza Pessoa²

Esse breve ensaio pretende contribuir com o debate sobre “desenvolvimento sustentável” e apontar algumas preocupações em relação ao “lugar” das gerações futuras.

As principais discussões, no que diz respeito à agenda ambiental internacional, realizadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio + 20, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012, foram fundamentadas nas preocupações apontadas pelas estatísticas divulgadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que mostram que: “a) a sobre-exploração e o consumo exagerado de recursos naturais vêm acentuando a escassez dos recursos em algumas regiões, sobretudo naquelas onde há uma concentração da atividade extrativista mineral; b) maior frequência de catástrofes ambientais e naturais, oriundas das atividades econômicas e reações naturais espontâneas, fruto dessas atividades; e c) maior contaminação devido à geração ampliada de resíduos sólidos e líquidos” (IPCC, 2008).

Segundo Bertha K. Becker, a partir de meados da década de 80, configurando a nova fase do “desenvolvimento sustentável”, a variável ambiental, entendida como recursos naturais, patrimônio cultural e natural, conhecimento e práticas sociais, foi incluída no discurso e na definição de políticas (BECKER, 1997, p. 6).

Posto isto, Arlete Rodrigues entende que “desenvolvimento sustentável não é um conceito, mas uma ideia que pretende encontrar

¹ Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais, UFRN.

² Doutora em Ambiente e Sociedade, UNICAMP.

soluções para problemas de esgotamento, poluição das riquezas naturais” (RODRIGUES, 2005, p.2), mas uma ideia genérica que abstrai a realidade, oculta a complexidade, a reflexividade do modo de produção de mercadorias, cria uma espessa cortina de fumaça sobre a apropriação dos territórios, a existência de classes sociais, dificultando a análise crítica.

A junção das palavras “desenvolvimento” e “sustentável” transforma a questão ambiental em agenda política, reforçando a pergunta: É possível almejar um desenvolvimento sustentável, utilizar as riquezas naturais de modo a não destruí-las e continuar com o desenvolvimento que temos hoje?

Se como posto, esse conceito surge como forma de ocultar contradições de classe, no sentido de que a sociedade é dividida em classes sociais, e quem tem o poder, o conhecimento, o domínio das técnicas e, em geral, o progresso, o “desenvolvimento”, são aos detentores do capital que cometem o maior uso e abuso das riquezas naturais. Esses (quem têm o poder), afirmam que a solução para os problemas do meio ambiente advirá do uso da tecnologia apropriada. Partindo dessa premissa, tem-se que se o desenvolvimento está em discussão, não se discute o modo de produção ou o consumo exarcebado. “A técnica parece neutra como se vê “nas Agendas 21 locais, de que a “preservação, conservação” dos recursos naturais poderá provocar a “inclusão” social, em especial com a coleta, separação dos resíduos sólidos recicláveis. Teoricamente, vivendo de “restos” da produção os excluídos seriam incluídos no sistema”(RODRIGUES, 2005 , p.2).

O termo sustentável, como adjetivo de desenvolvimento, esconde a importância do território para a reprodução ampliada do capital através da tecnologia, na apropriação das riquezas naturais. Basta que se tenha certificados de uso racional de recursos, de controle de resíduos para se aniquilar àqueles que não contribuem para a preservação do meio ambiente. Ambos estão a serviço do desenvolvimento capitalista. Oculta-se a realidade, ou melhor, a realidade justifica-se através de licenças, de discursos.

Se as formas de produzir comprometem a reprodução da vida presente, como é possível crer que sua continuidade resolverá os problemas para as gerações futuras?

O conceito “desenvolvimento sustentável” não passa de um mito, segundo Rodrigues (2005): oculta-se a importância do território, as contradições, os conflitos da apropriação, a propriedade dos meios de produção e a existência de classes sociais. O tempo longo da natureza parece não ser obstáculo para o tempo curto/rápido da técnica. Como já dito, a apropriação das riquezas do ambiente, do território, da força de trabalho não são considerados na agenda política ambiental. Para destacar a importância do espaço, é fundamental que analisemos a complexidade da produção, reprodução, consumo.

O desenvolvimento como progresso, mesmo que com o adjetivo de sustentável, produz sempre novas mercadorias, consome força de trabalho, matérias-primas, gerando resíduos, comprometendo o meio ambiente, poluindo.

Surge então a pergunta: Mas como “cuidar” das riquezas naturais se o território, o espaço, o lugar e a paisagem não têm importância?

Nesse momento é importante trazer presente Milton Santos, que já em 1980 propõe entender o espaço atual como meio técnico-científico-informacional, que é a expressão geográfica da globalização. O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, bem como pelo dinamismo da economia e da sociedade. O espaço geográfico é definido pelos movimentos das populações, a distribuição da agricultura, da indústria, dos serviços, do arcabouço normativo, juntamente com o alcance e extensão da cidadania.

Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2004), “o peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infraestrutura, serviços e formas de

organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade firmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado. É desse modo que se constroem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer. Com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez dessas” (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 21).

Conforme Moraes (2005) entende-se território como o espaço de exercício de um poder. O território é uma materialidade que abriga o patrimônio natural de um país, suas estruturas de produção e os espaços de reprodução da sociedade. O território se transforma num espaço produzido.

Nas últimas décadas, conforme Moraes (2005), avançou o processo de democratização do Brasil entrando, na agenda do Estado, os temas da descentralização, da participação social e da sustentabilidade do desenvolvimento. Considerando a necessidade de articulação de políticas para objetivar a meta da retomada do crescimento econômico e combate à desigualdade social, faz-se necessária uma visão geoestratégica do território. Cabe ao Estado o estabelecimento de macroestratégias de ocupação do espaço, instalação de equipamentos e infraestruturas, gestão dos fundos territoriais e utilização de recursos naturais, entre outras, considerando que a riqueza natural brasileira precisa ser bem dimensionada em face dos planos de desenvolvimento. Moraes propõe o planejamento estratégico a partir do conceito de ordenamento territorial, que “visa estabelecer um diagnóstico geográfico do território, indicando tendências e aferindo demandas e potencialidades, de modo a compor o quadro no qual devem operar de forma articulada as políticas públicas com vistas aos objetivos estratégicos do governo” (MORAES, 2005, p. 144).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim trazemos presente Amartya Sen e seu conceito de desenvolvimento como liberdade, que implica em liberdade de ação e decisão, bem como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias. Ele fala em sociedade sustentável, com acesso à saúde, à educação, lazer, cultura, informação, conhecimento. “Significa a renovação das fontes de privação: remover a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de vestir-se, de morar “(RODRIGUES, 2005, p13.). Retoma a importância do espaço, do território.

Se a geração presente não tem participação na apropriação das riquezas, terminamos essa síntese nos perguntando: Em que território, em que lugar estará a geração futura?

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. *Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos*. Revista Território, Rio de Janeiro, n. 1, 1997.

INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN SOBRE EL CAMBIO CLIMÁTICO (2008). [em linha] Estados Unidos: IPCC [disponível em 12/03/2013] <URL: <http://www.ipcc.ch/languages/spanish.htm>>.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. Capítulos 9 e 10, 4 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Problemática Ambiental=Agenda Política. Espaço, território e classes sociais*. In: Boletim Paulista de Geografia. Perspectiva Crítica, número 83, São Paulo, 2005, p. 91-110.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território de sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: ed. Record, 2004.